

O medo à espreita nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo (1935-1974)

The lurking fear in Estado Novo's presidential inaugural addresses (1935-1974)

El miedo al acecho en los discursos de investidura presidencial del Estado Novo (1935-1974).

RESUMO

Enquadrado numa perspetiva discursivo-enunciativa da Análise do Discurso, este artigo tem como objetivo analisar a construção do medo, nos 7 discursos presidenciais de tomada de posse do período do regime ditatorial português, Estado Novo (1933-1974). Metodologicamente, partimos dos conceitos de tópicos de emoção, de *ethos* e de trabalhos da Ciência Política para a análise. Concluímos que (a) o medo é construído através da criação de uma visão do mundo, dominada pela insegurança e a incerteza; (b) que se constrói uma imagem do Presidente enquanto salvador e (c) que o medo servia os propósitos de subordinação e de desmobilização popular.

Palavras-chave: *ethos*; emoção; discurso presidencial; ditadura; Estado Novo.



Recebido em: 10 de outubro de 2024
Aceito em: 09 de maio de 2025
DOI: 10.26512/les.v26i2.55697

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Micaela Aguiar

maquiara68@unl.pt

doi.org/10.0000/0002-5923-9257

Universidade do Minho, Braga, Portugal

ARTIGO

ABSTRACT

Framed within a discursive-enunciative perspective of Discourse Analysis, this article aims to analyze the construction of fear in the seven presidential inauguration speeches from the period of the Portuguese dictatorial regime, Estado Novo (1933-1974). Methodologically, we draw on the concepts of emotional topics, *ethos*, and Political Science studies for the analysis. We conclude that (a) fear is constructed through the creation of a worldview dominated by insecurity and uncertainty; (b) an image of the President as a savior is built; and (c) fear served the purposes of subordination and popular demobilization.

Keywords: ethos; emotion; presidential speech; dictatorship; Estado Novo.

RESUMEN

Enmarcado en una perspectiva discursiva-enunciativa del Análisis del Discurso, este artículo tiene como objetivo analizar la construcción del miedo en los siete discursos presidenciales de toma de posesión del período del régimen dictatorial portugués, Estado Novo (1933-1974). Metodológicamente, partimos de los conceptos de tópicos de emoción, de *ethos* y de estudios de la Ciencia Política para el análisis. Concluimos que (a) el miedo se construye a través de la creación de una visión del mundo dominada por la inseguridad y la incertidumbre; (b) se construye una imagen del Presidente como salvador; y (c) el miedo servía para los propósitos de subordinación y desmovilización popular.

Palabras clave: ethos; emoción; discurso presidencial; dictadura; Estado Novo.

Como citar:

AGUIAR, Micaela. O medo à espreita nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo (1935-1974). **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 74-90, jul./dez. 2025. DOI: 10.26512/les.v26i2.55697. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO¹

A “economia do terror” em que assentava o Estado Novo, na expressão de Martins (1998, p. 45), ajuda a explicar a durabilidade da ditadura portuguesa que vigorou por mais de quarenta anos, em Portugal, e acabou por constituir um dos regimes ditatoriais mais longos da Europa Ocidental, no século XX. O Estado Novo (1933-1974) vai-se instaurar formalmente, em Portugal, com a Constituição de 1933, na sequência dos movimentos revoltosos de 1926 e do curto período de ditadura militar (1926-1933), que pôs irredutivelmente fim à Primeira República (1911-1926) e às suas constantes convulsões políticas. E, se a ditadura portuguesa se afasta, por princípio, do totalitarismo de regimes contemporâneos como o nazismo alemão ou o fascismo italiano (Braga da Cruz, 1982, p. 775), esta não deixa de “com a sua indiscutível especificidade” participar nos regimes de “vocaçã totalitária” que perduraram neste período histórico” (Rosas, 2001, p. 1054).

A figura de Oliveira de Salazar tem vindo a monopolizar o interesse dos estudos dedicados à ditadura portuguesa (e aos seus discursos), em detrimento de personagens mais secundárias, mas fundamentais na própria organização política do regime, como é o caso do Presidente da República. Ainda que o “presidencialismo bicéfalo” previsto na Constituição de 1933 se tenha traduzido na prática num “presidencialismo do Presidente do Conselho” (Braga da Cruz, 1982, p. 784), o Presidente da República (ou Chefe de Estado) é, no Estado Novo, dotado de “legitimidade própria” e exerce a “chefia simbólica da nação” (Freire e Pinto, 2010, p. 34-5).

O estudo dos discursos presidenciais do Estado Novo permite não só colmatar a ausência de investigação nesta área como ajuda a traçar um quadro mais completo dos discursos institucionais da ditadura portuguesa e do modo como estes são sintomáticos do clima de intimidação e subjugação que se promovia no Estado Novo.

É ao filme de 2015 da realizadora Marta Pessoa, “O medo à espreita”, sobre o clima de repressão que se vivia no Estado Novo, que este artigo vai encontrar inspiração para o seu título, porque tem precisamente como objetivo central a análise da construção do medo em discursos – os discursos presidenciais de tomada de posse – que fazem parte do aparelho institucional que cultivava esse ambiente de repressão.

Este artigo parte, então, do pressuposto de que os discursos totalitários se caracterizam por uma “predileção por uma emotividade de carácter destrutivo” (Kacprzak, 2013, p. 2) e de que “o clima de intimidação” (Rosas, 2013, p. 200) que se instaurou no Estado Novo constitui uma dimensão estrutural da ditadura, já que criou as condições que garantiram a durabilidade do regime (Rosas, 2013, p. 196), para colocar como hipótese central de trabalho que há nos discursos

¹ Micaela Aguiar é doutorada em Ciências da Linguagem e investigadora no Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Concluiu o doutoramento com financiamento da FCT(SFRH/BD/117408/2016), na área da Análise do Discurso, com uma tese intitulada “Imagens presidenciais nos discursos de tomada de posse nos cem anos da República Portuguesa”. Recentemente trabalhou como investigadora contratada no projeto PortLinguE, Multilingual Portal for Specialized Languages: mining open data for cross-language information retrieval (PTDC/LLT-LIG/31113/2017), e como bolsreira pós-doutoral no projeto europeu Parterneships for Science Education (101006468).

presidenciais de tomada de posse, proferidos no período da ditadura portuguesa, uma construção discursiva do medo. Partindo de uma perspectiva discursivo-enunciativa interdisciplinar da Análise do Discurso, este trabalho assenta teoricamente nos contributos da Análise da Argumentação (Plantin, 1999), na teoria do *ethos* (Charaudeau, 2013) e em alguns trabalhos da Ciência Política (Braga da Cruz, 1982; Rosas, 2001, 2013, entre outros) e considera o conceito de emoção enquanto categoria discursiva (Marques, 2012), tal como tem sido teorizado atualmente por investigadores como Plantin (1999), Kerbrat-Orecchioni (2000) e Micheli (2008), para analisar a construção do medo nos discursos presidenciais de tomada de posse proferidos no Estado Novo.

É certo que, como afirma Rosas (2013, p. 190), a violência está inscrita no “código genético” de todos os regimes fascistas, mas a apologia de Salazar (e do regime) pelos “safanões a tempo” (2013, p. 195) enquadra a violência do Estado Novo nas especificidades da ditadura portuguesa. Com efeito, no Estado Novo uma “gestão politicamente racional” da violência (Rosas, 2013, p. 190), pensada de forma a adequar-se ao temperamento do povo português, que, para Salazar, padecia de um “doentio sentimentalismo” (Rosas, 2013, p. 194), incompatível com formas mais ostentáveis de violência.

Para Rosas (2013), articulava-se no Estado Novo uma violência punitiva, levada a cabo pela polícia política contra os que “ousavam desafiar a ‘ordem estabelecida’” e que se praticava através do “recurso sistemático à tortura e à prisão sem culpa formada” (2013, p. 202-3), e uma violência preventiva, invisível e omnipresente, que assentava, sobretudo, nos “aparelhos oficiais de inculcação ideológica” que tinham como missão “vigiar o quotidiano e inculcar unívoca e autoritariamente” os valores do regimes (2013, p. 199).

Só compreendendo os sistemas de dominação e de subjugação que operavam no Estado Novo “com a sua ação intimidatória no dia a dia” que contribuía para um “clima de intimidação” é possível observar como os discursos institucionais constituem uma expressão sintomática daquilo a que Rosas chama uma “surda socialização do medo” (Rosas, 2013, p. 200).

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O conceito de emoção tem sido desenvolvido atualmente no quadro de abordagens argumentativas (Plantin, 1999), interacionais (Kerbrat-Orecchioni, 2000), discursivas (Micheli, 2008) e cognitivas (Micheli, Hekmat e Rabatel, 2013). Neste artigo, privilegiamos a abordagem argumentativa de Plantin (1999) para a análise das emoções, articulando reflexões de outras abordagens para elucidar as múltiplas dimensões do conceito de emoção, sem, contudo, pretender confluir os diferentes quadros teóricos dos quais originam.

A noção de *pathos* aristotélico, que se prende com as emoções que se suscitam no auditório para efeitos retóricos, corresponde apenas a um dos diferentes “modes d’inscription de l’affectivité dans le discours” (Micheli, 2008, p. 4) – aquele que Kerbrat-Orecchioni (2000, p. 59) denomina de

“emoção suscitada”, ligada, ao contrário do *ethos*, apenas ao auditório, e que se distingue das “emoções experienciadas” efetivamente pelo locutor e das “emoções expressas”, que estão presentes na materialidade discursiva dos enunciados. Enquanto categoria discursiva (Marques, 2012, p. 118), Micheli, Hekmat e Rabatel (2013, p. 4) distinguem as “emoções ditas” inscritas no enunciado através de algum termo de sentimento (substantivo, adjetivo, verbo), das “emoções mostradas”, que não são determinadas, na medida em que se constroem no discurso através de outros meios, como as exclamações ou as interjeições.

Nem sempre existe, contudo, uma “manifestação de emoções no discurso” (Marques, 2012, p. 119). É neste sentido que Plantin (1999, p. 6) defende que há certos enunciados que são passíveis de suscitar uma emoção, sem que haja um “termo de emoção” explícito ou qualquer expressão que o permita recuperar. Estes enunciados, porque possuem traços argumentativos emocionais (Plantin, 1998, p. 1314), constituem argumentos para uma emoção, ou melhor, orientam-se para uma emoção. A este tipo de emoção dá-se o nome de “emoção criada”, de “emoção induzida ou inferida” (Plantin, 1999, p. 210), não a partir de raciocínios lógicos ou casuais, mas de uma avaliação cognitiva da situação, assente nos lugares-comuns, nas convenções e nas normas culturais que vigoram em determinado imaginário socio-discursivo (Charaudeau, 2013, p. 117).

Partindo dos contributos da retórica clássica, da Análise do Discurso, da pragmática e dos parâmetros de avaliação cognitiva delimitados pela psicologia, Plantin (1999) reformula-os em termos de tópicos das emoções (ou parâmetros tópicos, na perspetiva de Micheli, Hekmat e Rabatel (2013)). Para dar conta da componente cognitiva da emoção é necessário, como defendem Micheli, Hekmat e Rabatel (2013, p. 11), traçar um perfil de avaliação cognitiva para as emoções. São estes tópicos de emoção que permitirão delimitar os traços argumentativos que orientam os enunciados para uma emoção.

O quê? (posição do ser ou do evento no eixo eufórico/disfórico, prazer/desprazer)

Quem? (tipo de seres afetados)

Como? (relação com as áreas em que a emoção se encontra socialmente estabilizada)

Quando? (modo de construção temporal)

Onde? (modo de construção espacial)

Quantidade, intensidade?

Causa, agente?

Consequência?

Possibilidade de controlo pelo lugar psicológico?

Conformidade ou incompatibilidade com as normas e os valores do lugar psicológico?

Distância do evento em relação ao lugar psicológico? (Plantin, 1999, p. 211)

É, assim, uma emoção calculada (Plantin, 1999, p. 211), à qual se acede através de razões (causas) e que, como tal, adquire um estatuto de conclusão de argumentação (1999, p. 8). Este tipo de emoção depende, então, de um processamento cognitivo de avaliação dos estímulos (Micheli, 2008, p. 9). Num discurso argumentativo-persuasivo, por definição, como é o caso do discurso político (Charaudeau, 2013), as emoções (e o recurso a efeitos patémicos) são uma dimensão constitutiva (Charaudeau, 2013, p. 57), especialmente na sua associação com a construção do *ethos* ou das imagens de si. Plantin (1998, p. 216) chega mesmo a falar de uma “estrutura patémica” do *ethos*. Aliás, as imagens de identificação – que constituem um dos dois tipos de imagens que se constroem no discurso político (Charaudeau, 2013, p. 137) – assentam precisamente na afetividade, na medida em que se orientam para o outro, para o cidadão e para um “processo de identificação irracional”, ou melhor, emocional.

2. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DO CORPUS

Partindo deste quadro teórico da construção das emoções e das imagens, o objetivo central deste artigo² é o de analisar a construção discursiva do medo nos discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo. Consideramos que qualquer intervenção ou discurso feito pelo Presidente da República faz parte do discurso institucional do Estado Novo. A palavra presidencial, no período da ditadura, destinava-se sobretudo a inaugurações de obras, espalhadas pelo País, deslocações internacionais e celebrações nacionais (Freire e Pinto, 2013). A escolha dos discursos presidenciais de tomada de posse como objeto de estudo deve-se às características particulares deste género discursivo³; os discursos de tomada de posse são dotados de uma solenidade histórica e cerimonial que os distingue de outros géneros dentro do discurso presidencial.

Porque marcam o início de um novo ciclo da vida política do País, os discursos de tomada de posse convidam à reflexão sobre a situação do País, o seu futuro e o seu lugar na História da nação e do mundo, e constituem uma plataforma sem-par da palavra presidencial, amplificando os poderes informais do Presidente da República de (des)mobilização nacional e criando um espaço singular de construção de emoções (e de imagens).

As emoções serão consideradas, não na perspetiva da psicologia, como universais e abstratas – porque se ligam a funções adaptativas evolucionárias e resultam de um processo de aprendizagem independente da cultura (Ekman, 1999, p. 46) – mas, à semelhança de Plantin (2016, p. 226), como indissociáveis da situação argumentativa, ou melhor, do contexto e, por extensão, do género discursivo em causa.

² Este artigo enquadra-se no âmbito do trabalho de tese doutoramento, financiado por fundos nacionais, e faz parte do projeto de investigação maior [Anonimizado].

³ Adotamos o conceito de género discursivo de Charaudeau & Maingueneau (2002). Os autores definem “tipos de discurso” como setores de produção verbal de uma sociedade, como, por exemplo, o discurso político, e defendem que destes tipos de discurso decorrem múltiplos géneros.

Uma vez que a definição dicionarizada das emoções reflete, em parte, o imaginário socio-discursivo⁴ (Charaudeau, 2013, p. 117) das comunidades, partiremos da acepção de “medo” enquanto “sentimento de inquietação, de preocupação pela possibilidade de ocorrência do que é tido por desagradável”, tal como é apresentada no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea (2001).

A metodologia de análise é qualitativa, porque se parte do pressuposto da construção contextual do sentido e é adotada uma abordagem combinada *top-down* e *bottom-up* (Kerbrat-Orecchioni e Traverso, 2004), que pressupõe tomar como ponto de partida as coordenadas situacionais do evento comunicativo para analisar o modo como são atualizadas em cada discurso.

Esta abordagem permite-nos partir dos parâmetros de género (Coutinho, 2007, p. 106) do discurso presidencial de tomada de posse – as expectativas ou características previsíveis deste género discursivo – e das coordenadas contextuais deste período sociopolítico, para colocar como hipótese de trabalho central que há, dada a predileção dos discursos totalitários por emoções negativas (Kacprzak, 2013, p. 2) e o clima de repressão que se viva na ditadura, nos discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no Estado Novo, uma construção discursiva do medo.

Desdobraremos esta hipótese central em três hipóteses mais específicas: (h1) de que a construção do medo nestes discursos constitui uma estratégia sistemática – e não é resultado de ocorrências singulares, – marcada pela presença de regularidades ao nível dos mecanismos discursivo-linguísticos; (h2) de que as imagens discursivas que se constroem do Presidente da República são fundamentais para a gestão do percurso emocional destes discursos e (h3) de que estas imagens se articulam com finalidades argumentativas desta estratégia.

A partir destas hipóteses de trabalho, estruturamos a análise de forma a dar conta dos seguintes objetivos: (1) analisar a construção do medo, através da aplicação dos tópicos de emoção, propostos por Plantin (1999); (2) categorizar as regularidades, ao nível dos mecanismos linguístico-discursivos, que contribuem para a construção da emoção; (3) observar o papel da construção de imagens presidenciais na gestão emocional do discurso e (4) relacionar a construção do medo e das imagens do Presidente com as finalidades argumentativas.

Constitui-se, para esta análise, um corpus de 7 discursos de tomada de posse⁵ (ver Tabela 1.), proferidos pelos três Presidentes da República eleitos no Estado Novo – Óscar Carmona, Craveiro Lopes e Américo Tomás – que traçaram um quadro de uma presidência “dominada por militares, no fundamental, obedientes a Oliveira Salazar” (Freire e Pinto, 2010, p. 25).

Tabela 1 – Descrição do corpus

Presidente da República	Ano	Mandato	Sigla
Óscar Carmona	1935	2º mandato	OC1935
Óscar Carmona	1942	3º mandato	OC1942

⁴ Imaginário sócio-discursivo resulta da construção, através dos discursos que circula, de representações que uma sociedade ou grupo social faz de si mesma.

⁵ Os discursos encontram-se disponíveis em [Anonimizado].

Óscar Carmona	1949	4º mandato	OC1949
Craveiro Lopes	1951	1º mandato	CL1951
Américo Tomás	1958	1º mandato	AT1958
Américo Tomás	1965	2º mandato	AT1965
Américo Tomás	1972	3º mandato	AT1972

É a Constituição de 1933 que, como já referimos, formaliza a ditadura militar que tinha sido imposta com a revolução de 1926 enquanto o regime conhecido por Estado Novo. Em 1935, o General Óscar Carmona, uma das figuras da revolução, é reeleito para as funções de Presidente da República que já desempenhava desde 1926. No fim dos 25 anos em que Óscar Carmona permanece enquanto Presidente da República e após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos de oposição ao regime, como o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e o Movimento de Unidade Democrática (MUD), intensificam-se, culminando na candidatura, em última instância sem sucesso, do General Norton de Matos nas eleições 1949 (Saraiva, 1991, p. 360). Óscar Carmona é reeleito, mas morre passado dois anos, sendo substituído por Craveiro Lopes.

De acordo com Maia (2016, p. 44), Craveiro Lopes não é “primeira escolha” do regime, mas sim a “mais pragmática”, pois o seu perfil marcado pela “adesão ao golpe de 28 de Maio de 1926, a carreira exemplar na Cavalaria e na Aviação, o estilo austero, a falta de carisma e a falta politização” agradavam ao regime. Contudo, à data das eleições presidenciais de 1958 uma “onda de oposição à sua recandidatura” (Maia, 2016, p. 45) leva o regime a escolher como candidato o Almirante Américo Tomás.

Américo Tomás toma posse, após uma eleição marcada pela candidatura de Humberto Delgado, que abalou o regime (Figueiredo, 1975, p. 256) dada a “explosão popular” (Raby, 1982, p. 880) de apoio a Delgado e que levou à reforma constitucional de 1959, restringindo as eleições presidenciais a um colégio eleitoral. Américo Tomás assumiu-se como “um canal privilegiado da propaganda do regime” e focou-se no “desempenho das funções protocolares e de representação do Estado” (Martins, 2016, p. 54). Durante o mandato de Tomás, a repressão política e a questão colonial agravaram-se, especialmente na década de 1960, com a recusa de Portugal em aderir ao processo de descolonização dos seus territórios ultramarinos, o que gerou condenação internacional generalizada e resultou na Guerra Colonial Portuguesa ou a Guerra do Ultramar. Em 1968, Américo Tomás procede à substituição de Salazar, incapacitado para o desempenho das funções, por Marcelo Caetano enquanto Presidente do Conselho de Ministros. A resistência ao regime culminou no 25 de Abril de 1974, quando um movimento militar derrubou o regime e iniciou a transição para a democracia.

3. AS RAZÕES DO MEDO: DOS TÓPICOS DAS EMOÇÕES AOS MECANISMOS LINGUÍSTICO-DISCURSIVOS

A instrumentalização do medo no discurso político, ainda que constitua uma questão especialmente atual nas últimas décadas, e que tenha dado, aliás, origem ao surgimento de termos modernos, como o de “fearmongering”, que procuram descrever as especificidades desta prática, encontra-se já prescrita – ou proscrita, quando se fala de falácias – nas retóricas da Antiguidade Clássica, como, por exemplo, na argumentação *ad metum* ou *in terrorem*. O uso do medo no discurso político não deixa, contudo, de adotar em regimes totalitários particularidades – que é necessário analisar – e que o distinguem, por exemplo, das transmutações populistas mais modernas em contexto democrático, como é o caso da campanha do Brexit, no Reino Unido, e da corrida presidencial de Donald Trump, nos Estados Unidos.

Al Gore (2004) comenta, a propósito da “Guerra ao Terror” da administração Bush, na década de 2000, que aquilo que denomina de “política do medo” tem com principal propósito “distort the political reality of a nation by creating fear in the general population” (2004, p. 779); e o sociólogo Bauman (2008, p. 9), ao descrever o que designa como “medo derivado”, refere o processo de alguém que interioriza “uma visão do mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade”. Quando falamos da construção do medo no discurso político – e no discurso presidencial, em particular –, estamos, pois, a ultrapassar a noção de “medo” enquanto emoção básica ou primitiva, para a análise de formas de perspetivar a realidade ou de visões do mundo construídas, no discurso, para provocar medo, ou melhor, que orientam o discurso para o medo.

A construção do medo, nos discursos em análise, está ancorada na legitimidade institucional do Presidente da República, enquanto representante do País e dos interesses dos Portugueses, e no próprio género discursivo, pois prevê-se que, nos discursos de tomada de posse, o Presidente enquadre o País nas problemáticas atuais e apresente a sua visão para o futuro da Nação. Trata-se, então, de um locutor largamente legitimado e de um género que pressupõe a construção de uma determinada visão do País e do mundo.

Os discursos presidenciais de tomada de posse do Estado Novo, ainda que se estendam num período de mais de quarenta anos, constroem uma visão do mundo disfórica e relativamente uniforme – o que testemunha, como veremos, a sistematicidade desta estratégia. A visão do mundo que se constrói nestes discursos assenta na dramatização da situação do País e do mundo (o quê?), expressa em estruturas preposicionais com valor locativo e lexemas com sentido temporal, como, por exemplo, em “a época em que vivemos”.

1. A época em que vivemos, tão perturbada e de futuro tão incerto, não nos permite – nem às nações nossas amigas – dedicar energias e haveres exclusivamente ao bem-estar das populações; é mister que nos apetrechemos para enfrentar os perigos que nos ameacem. – CL1951

Contribuem também para a construção de um tempo (quando?) e de um espaço (onde? distância?) os tempos verbais no presente do indicativo, que enquadram a situação numa proximidade física e temporal, e outros lexemas com propriedades temporais, como “futuro”, que projetam a situação num futuro indeterminado. Já os pronomes e as desinências verbais de 1.^a pessoa do plural (NÓS) – como em “vivemos”, “apetrechemos” e “nos ameacem” – constroem um locutor coletivo que identifica os Portugueses como os seres afetados pela situação que se descreve.

As consequências desta situação ocorrem, no discurso, na forma de enumerações (“Multiplicam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades”) e de estruturas de superlativação (“mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas”), que constituem, como veremos mais à frente, mecanismos de intensificação;

2. Multiplicam-se os problemas; acumulam-se as dificuldades; uma grave perturbação agita os espíritos; no mundo económico, no mundo social, no mundo político, nas relações entre Estados e no seio das Nações, os homens revelam mais perplexidades que seguranças, mais problemas que soluções, mais dúvidas que certezas. – OC1949

e são multidimensionais, pois quer englobam problemáticas económicas e sociais do País (“no mundo económico, no mundo social, no mundo político”) ou questões de política interna e externa (“nas relações entre Estados e no seio das Nações”), quer incidem sobre o estado de espírito dos Homens (“uma grave perturbação agita os espíritos”). As consequências desta situação, ainda que indefinidas (“problemas”, “dificuldades”), são interseccionais às esferas financeira, social, privada, política do indivíduo e do indivíduo enquanto cidadão (consequências?).

Apesar da ubiquidade dos problemas e das dificuldades que se fazem sentir, as causas são escassamente definidas (causas?). Há uma indeterminação das causas que resulta tanto de um processo de omissão do agente, como em “o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram”;

3. E não penso, nem é de pensar, porque a humanidade se está mostrando cada vez mais profundamente perturbada e porque a experiência trazida dos dois anteriores mandatos e o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram e tão encarniçadamente está sendo mantido, não permitem otimismo inconvenientes. – AT1965

como de processos de personificação (“A crise mundial continua dominando todos os povos, invadindo todos os setores da atividade”).

4. A crise mundial continua dominando todos os povos, invadindo todos os setores da atividade. No mundo assim conturbado, e por força da solidariedade que a todos une, as nações são vítimas não só das dificuldades que em cada povo se engendram e nascem, mas das que em outros povos se geram. – OC1935

Nesta indeterminação das causas, há uma vitimização dos Portugueses e do País (“as nações são vítimas”) que nega a possibilidade de controlo da situação (controlo?). E é, precisamente, esta indeterminação do problema (e das suas causas) e a consequente incapacidade de controlar o que provoca medo que Bauman (2008) aponta como nuclear para a definição do próprio conceito de medo:

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. (Bauman, 2008, p. 8)

É, assim, que se cria a tal “visão do mundo que inclui insegurança e incerteza” de que o sociólogo falava, construindo uma versão do mundo em que os Portugueses e o País vivem sob a ameaça de um perigo indefinido e omnipresente em todas as esferas, do indivíduo à Nação.

As propriedades disfóricas desta conceção do mundo devem-se, contudo, também à articulação de diferentes mecanismos de intensificação (intensidade?), como o uso de estruturas de superlativação (“no mais sangrento e devastador conflito”) e de generalização (“em quase todo o Mundo”), de enumerações e de repetições anafóricas (“ao desrespeito, à indisciplina, à degradação e ao banditismo”), ou ainda a predominância de redes lexicais associadas a valores negativos (“sangrento”, “devastador”, “conflito”, “estragos”, “mal”, “danos”, “impunidade”).

5. Espero em Deus que as precauções tomadas pelos países do Ocidente serão suficientes para evitar que o Mundo – mal curado ainda de recentes feridas – seja lançado no mais sangrento e devastador conflito. – CL1951
6. Os estragos que as forças do mal têm causado danos já muito profundos, pouco se tendo feito de positivo, até agora, para pôr termo ao desrespeito, à indisciplina, à degradação e ao banditismo que têm grassado, com estranha impunidade, em quase todo o Mundo (...). – AT1972

Na construção de uma visão do mundo que orienta o discurso para o medo, existe um processo global de hiperbolização da realidade (como?), do qual a legitimidade do Presidente da República também faz parte; e, com efeito, o Presidente esclarece a deontologia emocional do mundo que se constrói, através do uso explícito de termos de emoção (ou emoções ditas) – como, por exemplo, em “hora conturbada” ou “justa apreensão”.

7. Estas palavras do compromisso constitucional que podem, em épocas de calma normalidade, parecer simples manifestações da majestade do poder público, envolvem, nesta hora conturbada, responsabilidades que todos conhecem e a muitos causam justa apreensão. – OC1942

Há, pois, razões para ter medo (ver Tabela 2.) – essa é a conclusão emocional perante uma visão do mundo construída nestes discursos do Estado Novo, que os tópicos de emoção ajudam a delimitar e que coloca os Portugueses e o País num clima de insegurança e apreensão, não muito diferente daquele que se vivia efetivamente no período da ditadura, em Portugal.

Tabela 2 – Sumário da análise dos tópicos do medo

Tópicos das Emoções	Tópicos do Medo	Mecanismos linguístico-discursivos	Exemplos
O quê?	situação disfórica do País	Estruturas preposicionais e lexemas com valor temporal	“A época em que vivemos”
Quem?	os Portugueses	Desinências verbais e pronomes de 1. ^a pessoa do plural (NÓS)	“apetrecemos” e “nos ameacem”
Quando?	presente e futuro	Tempos verbais do presente e lexemas com valor temporal	“vivemos”, “futuro tão incerto”
Consequências?	Problemas económicos, sociais, políticos	Enumerações	“no mundo económico, no mundo social, no mundo político”
Causas?	indeterminadas	Personificação Omissão do agente	“A crise mundial continua dominando todos os povos” “o clima de incrível animosidade, que tão injustamente nos criaram”
Controlo? Intensidade?	não elevada	Estruturas de superlativação, estruturas de generalização, enumerações, repetições anafóricas, redes lexicais disfóricas, emoções ditas	“no mais sangrento e devastador conflito”, “à indisciplina, à degradação e ao banditismo”, “estrago”, “mal”, “nesta hora conturbada”
Como? Conclusão emocional	Processo global hiperbolização da realidade (há razões para) ter medo		

4. A GESTÃO DO MEDO E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO PRESIDENTE

O medo que se constrói nestes discursos é estratégico e a gestão emocional dos discursos passa pela construção de imagens do Presidente da República, pois é através do Presidente que

se vai apresentar o “eixo de controlo” (Plantin, 1999, p. 12) em falta para evitar que o medo se transforme em pânico e para o instrumentalizar ao serviço dos fins do regime. É necessário, para tal, que, nesta visão do mundo aterradora que se constrói, surja uma figura salvadora; estamos, pois, ao nível da dimensão afetiva das imagens, naquilo que Charaudeau (2013, p. 137) denomina imagens de identificação – orientadas tanto para si, pois refletem os traços de carácter que definem o locutor enquanto pessoa, como para o outro, na medida em que o interlocutor reconhece nesta imagem uma versão idealizada de si mesmo.

Constrói-se uma imagem do Presidente, nestes discursos, quer enquanto pessoa, quer enquanto figura institucional, definida pela responsabilidade, como se pode observar pela predominância de redes lexicais com valores deônticos (“responsabilidades”, “imperativo”, “dever”, “cabe”, “competete”), ligadas à construção de um locutor pessoal (“obedeci”, “seguir”) ou à referência do Presidente da República no discurso (“Chefe de Estado”).

8. Como homem consciente das responsabilidades do cargo e das dificuldades da época que atravessamos, não obedeci, com efeito, à voz da comodidade, mas posso dizer que segui o imperativo do dever. – OC1949
9. E se ao Chefe do Estado cabe sempre estar atento, compete-lhe sobretudo estar preparado para as emergências que possam surgir, pois é na sua consciência que pesará a responsabilidade das decisões a tomar. – AT1965

É a imagem de uma figura de autoridade: alguém “consciente das responsabilidades”, preparado e atento às dificuldades e dotado de uma certa abnegação para seguir o “imperativo do dever” e não a “voz da comodidade”. Esta imagem alinha-se, aliás, com a ideia do regime de que “a política devia deixar-se para quem podia mandar” (Rosas, 2013, p. 200).

É uma autoridade que se define pela desqualificação daquele que não tem autoridade; e, não sem razão, pois a elevação do Presidente da República é essencial para o instituir enquanto salvador e, assim, negar a substitutibilidade da autoridade – i.e. não é qualquer um que pode mandar –, alertando para a posição vulnerável que a rejeição desta autoridade implica. Tal promove aquilo que Torgal e Homem (1982, p. 1439) denominam de uma “subordinação consentida”, para que não haja pânico no medo, mas apenas uma “mansa sujeição” ao regime e à autoridade do Estado Novo.

O período do pós-Segunda Guerra Mundial é marcado pelo surgimento do “primeiro movimento generalizado de contestação do regime”, que dá expressão a uma “vontade popular de mudança” (Raby, 1982, p. 869) e que vai culminar na candidatura do general Norton de Matos às eleições presidenciais de 1949 e, anos mais tarde, na candidatura do general Humberto Delgado, em 1958; e a partir dos anos 60 o regime procura defender a impopular Guerra Colonial (1961-1974) e a luta contra a expansão do comunismo na Europa.

A evolução das conjunturas político-sociais leva a “alterações do discurso [do regime] e dos propósitos que animavam a sua divulgação” (Rosas, 2001, p. 1033) e, nos discursos presidenciais

de tomada de posse, estas transformações refletem-se na articulação da procura de uma “subordinação consentida” (Torgal e Homem, 1982, p. 1439) com um propósito de desmobilização popular. Aliás, Rosas (2013, p. 202) afirma que a durabilidade do regime passava “não tanto pela mobilização dos que apoiavam fiel e entusiasticamente o regime”, mas pela “bem-sucedida desmobilização dos demais”.

Do Presidente da República, constrói-se, a partir deste período, uma imagem que se orienta para o outro, através de interpelações ao povo português, marcadas pela modalidade deôntica – como em “Convêm, no entanto, estar atento”, “Sejamos por isso modestos” ou ainda “mas trabalhemos antes por melhorá-lo” – que, ao afastarem-se dos valores da ordem e configurarem-se na dimensão do conselho, ou melhor, da advertência, contribuem para a construção de uma imagem do Presidente enquanto figura patriarcal.

10. Ocorreu recentemente uma dessas ocasiões, que se caracterizou por nefasto clima de paixões, apto a envenenar a paz e harmonia em que vivemos. Convêm, no entanto, estar atento a sentimentos ou críticas que pareçam justificados. – AT1958
11. Sejamos por isso modestos, não ambicionando alterar em décadas a constituição do Mundo, mas trabalhemos antes por melhorá-lo em cada momento no que de nós dependa e o progresso da técnica, em certas épocas como a nossa mais aceleradamente permita. – AT1965

Esta identificação do Presidente com a figura paternal adota, nestes discursos do Estado Novo, a configuração do patriarca – uma figura dotada de um certo gravitas, mais austero que carinhoso, que castiga e repreende por afeto – que está de acordo com aquilo que Torgal e Homem (1982, p. 1439) denominam de uma “autoridade firme, mas paternal”, característica da tradição política da época, e com a idealização que se fazia do homem português na propaganda do Estado Novo, aquilo que Rosas (2001, p. 1037) designa como o “homem novo” – “respeitador da ordem estabelecida e das hierarquias sociais e políticas”, “cumpridor dos seus deveres na família e no trabalho” e “pronto a servir a pátria e o império”.

A gestão do medo, nestes discursos, essencial à sua instrumentalização, processa-se, então, através da introdução na visão do mundo que se constrói, pautado pela insegurança e pela omnipresença de um perigo indefinido, da figura de um salvador, que ganha forma através de uma extraordinarização da imagem que se constrói do Presidente da República, ao serviço de propósitos repressivos tanto através da promoção de uma “subordinação consentida” (Torgal e Homem, 1982, p. 1439) como de tentativas de desmobilização popular. É uma estratégia que se assemelha a estrutura narrativa dos contos populares e das aventuras de heróis (Charaudeau, 2009, p. 9), não muito diferente, aliás, da que é representada numa das imagens mais icónicas dos tempos da ditadura que ilustra Salazar no corpo do rei D. Afonso Henriques, acompanhada com a legenda “Salazar – Salvador da Pátria”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Humberto Delgado, o militar que se candidatou às eleições presidenciais de 1958 contra o candidato do regime, Américo Tomás, ficou conhecido como o “General Sem Medo”. E a alcunha é, sem dúvida, apropriada, porque ir contra o Estado Novo significava ir contra um regime que tem na fórmula da sua durabilidade um “coeficiente ótimo de terror” (Martins, 1998, p. 45). Enquadrado teoricamente numa perspetiva interdisciplinar da Análise do Discurso, o presente artigo propôs-se a analisar, partindo de uma metodologia *top-down* e *bottom-up*, de base qualitativa, a construção discursiva do medo nos 7 discursos presidenciais de tomada de posse, proferidos no período da ditadura portuguesa (1933-1974), o Estado Novo.

Em relação à primeira hipótese de trabalho, partimos da análise dos tópicos de emoção (Plantin, 1999) e da categorização de regularidades ao nível dos mecanismos linguístico-discursivos para confirmar que a construção do medo constitui uma estratégia sistemática nos discursos em análise e que assenta na construção de uma visão do mundo disfórica, pautada pela insegurança e pela incerteza. No que diz respeito à segunda hipótese, concluímos que a construção de imagens do Presidente é essencial à gestão emocional dos discursos, pois apresenta o “eixo de controlo” (Plantin, 1999, p. 12), necessário à sua instrumentalização. Relativamente à terceira hipótese, verificámos que a construção de imagens do Presidente da República está ligada às finalidades argumentativas desta estratégia: a construção de um perfil inalcançável de quem manda promove uma “subordinação consentida” (Torgal e Homem, 1982, p. 1439), que, a partir do período do pós-Segunda Guerra, se articula à construção de uma dimensão patriarcal, na relação com o povo português, ao serviço de tentativas de desmobilização popular. Concluímos que esta extraordinarização da imagem do Presidente da República é fundamental na gestão e na instrumentalização do medo que se constrói nos discursos e observámos que esta estratégia se assemelha à estrutura das narrativas de heróis (Charaudeau, 2009, p. 9).

Debruçarmo-nos sobre o modo como o medo se constrói nos discursos institucionais do Estado Novo é essencial para compreender o clima de intimidação que se vivia nos tempos da ditadura e que o medo não era apenas um efeito à posteriori de uma violência mais sangrenta – que também existia – mas era um instrumento usado pelo regime, do qual os discursos institucionais são uma expressão sintomática. Esta análise pretende constituir um ponto de partida para o estudo da construção do medo nos discursos institucionais do Estado Novo, de forma a traçar-se um quadro mais completo dos discursos institucionais da ditadura portuguesa. Futuros trabalhos poderão estender esta análise a outros géneros de discursos presidenciais ou estudar numa perspetiva comparativa os discursos institucionais de regimes ditatoriais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- BRAGA DA CRUZ, M. Notas para uma caracterização política do salazarismo. **Análise Social**, XVIII (72-73-74), -3. °-4. °-5. °, p. 773-794, 1982.
- BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Tradução por Carlos Medeiros. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2008.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dictionnaire d'analyse du Discours**. Éd. du Seuil, 2002.
- CHARAUDEAU, P. **Le discours politique. Les masques du pouvoir**. Vuibert, 2005.
- CHARAUDEAU, P. Le discours de manipulation entre persuasion et influence sociale. **Acte du colloque de Lyon**. 2009. Disponível em <http://www.patrick-charaudeau.com/Le-discours-de-manipulation-entre.html>.
- COUTINHO, M. A.. Textos e gêneros de texto: problemas (d)e descrição. *In*: GUIMARÃES, A. M., MACHADO, A. R. & COUTINHO, A. (org). **O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Mercado de Letras: Campinas, 2007, p. 101-110.
- EKMAN, P. Basic Emotions. *In*: Dalgleish, T. & Power, M. **Handbook of Cognition and Emotion**. U.K.: John Wiley & Sons, Ltd., 1999.
- FIGUEIREDO, A. **Portugal: cinquenta anos de ditadura**. Publicações Dom Quixote, 1975.
- FREIRE, A., & PINTO, A. C. **O Poder Presidencial em Portugal**. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2010.
- GORE, A. The Politics of Fear. **Social Research – Fear: its political uses & abuses**, n.71, 4, p. 779-798, 2004.
- KACPRZAK, Al. Le pathos négatif en tant que trait du discours politique totalitaire. **Argumentation et Analyse du Discours**, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/1427>
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XXe siècle?. *In*: PLANTIN, C. **Les émotions dans les interactions**. PUL : Lyon, 2000, p.33-74.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. & TRAVERSO, V. Types d'interactions et genres de l'oral. **Langages**, 153, n.1, p. 41-51, 2004.
- MAIA, V. Craveiro Lopes – Incómodo para o regime. **Visão História – Os 18 presidentes**, 33, Impresa Publishing, S.A., 2016, p. 44-45.
- MARQUES, M. A. Emotions and Argumentation in the Portuguese Parliament. *In*: IONESCU-RUXANDOIU, L. **Parliamentary Discourses across Cultures: Interdisciplinary Approaches**, Cambridge Scholars Publishing, 2012, p. 117-132.
- MARTINS, H. **Classe, status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.
- MARTINS, S. (2016). Américo Tomás – Guardião do Salazarismo. **Visão História – Os 18 presidentes**, 33, Impresa Publishing, S.A., p. 54-55.
- MEDO. *In*: CASTELEIRO, J. M. **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo: Lisboa, 2001, p. 242.
- MICHELI, R. L'analyse argumentative en diachronie: le pathos dans les débats parlementaires sur l'abolition de la peine de mort. **Argumentation et analyse du discours**, 1, 2008. Disponível em <https://journals.openedition.org/aad/482>.
- MICHELI, R., HEKMAT, I., & RABATEL, A. Les émotions: des modes de sémiotisation aux fonctions argumentatives. **Semen**, 35, 2013. Disponível em <https://journals.openedition.org/semen/9790>

PLANTIN, C. Les raisons des émotions. *In*: BONDI, M. **Forms of argumentative discourse**. CLUEB : Bologne, 1998, p. 3-50.

PLANTIN, C. La construction rhétorique des émotions. *In*: RIGOTTI, E. **Rhetoric and Argumentation. Proceedings of the International Conference**. Max Niemeyer Verlag: Tübingen, 1999, p. 203-219.

SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal**. Publicações Europa- América, 1991

RABY, D. O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado em 1958. **Análise Social**, XVIII, (72-73-74), p. 869-883, 1982.

ROSAS, F. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, XXXV, 157, p. 1031-1054, 2001.

ROSAS, F. **Salazar e o Poder. A arte de saber durar**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

TORGAL, L. R., & HOMEM, A. C. Ideologia salazarista e cultura popular – análise da biblioteca de uma casa do povo. **Análise social**, XVIII (72-73-74), p. 1437-1464, 1982.

A AUTORA

Micaela Aguiar

Assistant professor at the Faculty of Arts of the University of Porto. She holds a PhD in Language Sciences, specializing in Discourse Analysis, from the University of Minho, since 2021. She has a degree in European Languages and Literatures and a master's degree in Portuguese and Comparative Linguistics. She has worked on several funded research projects, including PortLinguE - Multilingual Portal for Specialized Linguistic Resources and PAFSE (Partnerships for Scientific Education). She is currently the editor-in-chief of H2D - Revista de Humanidades Digitais (Journal of Digital Humanities).